


EXTRATO 00470/2025	Disponibilização: 29/10/2025 às 18h26m
EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 15/2025	
<p>CEDENTE: Tribunal de Justiça do Estado do Ceará; CESSIONÁRIO: MUNICÍPIO DE URUBURETAMA/CE; OBJETO: o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (TJCE) cede ao CESSIONÁRIO, a título gratuito, o imóvel destinado à residência oficial de magistrado da Comarca de Uruburetama/CE, localizado na CE 243, Km 7, no Município de Uruburetama/CE; PROCESSO ADMINISTRATIVO: 8511580- 49.2024.8.06.0000; VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses, contados a partir de sua assinatura; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 184 da Lei nº 14.133/21; DATA DE ASSINATURA : 21 de outubro de 2025; SIGNATÁRIOS: Des. Heráclito Vieira de Sousa Neto e Francisco Aldir Chaves da Silva.</p>	

Para visualizar a matéria completa, acesse o link <https://djea-con.tjce.jus.br/materias/157709> ou realize a leitura do QR-Code ao lado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA >> ATOS DOS PRESIDENTES DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

ATAS DAS SESSÕES 00035/2025	Disponibilização: 29/10/2025 às 15h25m
SECRETARIA-GERAL JUDICIÁRIA	
ÓRGÃO ESPECIAL	
SESSÃO ORDINÁRIA Nº 35/2025-TJ	

SESSÃO DO ÓRGÃO ESPECIAL. Aos 16 (dezesseis) dias do mês de outubro do ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco), na Sala de Sessões do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, às 14:00h, teve lugar a Trigésima Quinta Sessão Ordinária do Órgão Especial do Tribunal de Justiça, ocasião em que, após abertos os trabalhos, foi aprovada, sem alteração a Ata da Sessão Ordinária nº 34, do dia 09 de outubro de 2025. **Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores:** HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO - Presidente, FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA, MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE, ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES, EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE, DURVAL AIRES FILHO, FRANCISCO GLADYSON PONTES, FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE, INÁCIO DE ALENCAR CORTEZ NETO, WASHINGTON LUIZ BEZERRA DE ARAÚJO, LUIZ EVALDO GONÇALVES LEITE (Convocado para a sessão na classe de magistratura pelo critério de antiguidade em face da ausência justificada da Des. Maria Nailde Pinheiro Nogueira e considerando a ausência por motivo de férias da Des. Maria Iraneide Moura Silva que seria a sucessora imediata), FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO, MARLÚCIA DE ARAÚJO BEZERRA, CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA, ANDRÉA MENDES BEZERRA DELFINO, FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSАFAVA, FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO (Convocado para a sessão na classe de magistratura pelo critério de eleição em face da ausência por motivo de férias da Des. Joriza Magalhães Pinheiro), MARIA REGINA OLIVEIRA CÂMARA e FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR. **Ausente, por motivo de férias, a Excelentíssima Senhora Desembargadora JORIZA MAGALHÃES PINHEIRO. Ausente, justificadamente, a Excelentíssima Senhora Desembargadora MARIA NAILDE PINHEIRO NOGUEIRA.** A Procuradoria-Geral de Justiça fez-se representar pelo Dr. HUMBERTO IBIAPINA LIMA MAIA - PROCURADOR DE JUSTIÇA e a Defensoria Pública fez-se representar pela Dra. ANA CRISTINA SOARES DE ALENCAR - DEFENSORA PÚBLICA, sendo os trabalhos secretariados pelo Dr. NILSITON RODRIGUES DE ANDRADE ARAGÃO. **1 - EXPEDIENTES:** **1.1.** O Excelentíssimo Senhor Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO - Presidente, submeteu ao Colegiado, convocações de juízes(izas) de Direito para atuarem temporariamente neste Tribunal, em razão das férias regulares de Desembargadores(as), conforme escala elaborada ainda no primeiro semestre de 2025 (antes da reestruturação administrativa), na seguinte forma: **1.1.1.** João Everardo de Matos Biermann (titular da 13ª Vara da Fazenda Pública de Fortaleza) para atuar na 1ª Câmara de Direito Público e na respectiva Seção, em substituição ao Desembargador Fernando Luiz Ximenes Rocha (período: 22/10/2025 a 10/11/2025); **1.1.2.** Rosália Gomes Santos (titular da 4ª Vara de Sucessões de Fortaleza) para atuar na 1ª Câmara de Direito Público e na respectiva Seção, em substituição ao Desembargador Inácio de Alencar Cortez Neto (período: 21/10/2025 a 09/11/2025); **1.1.3.** Roberto Viana Diniz (2ª Turma dos Juizados das Turmas Recursais) para atuar na 6ª Câmara de Direito Privado e na respectiva Seção, considerando o afastamento do Desembargador José Tarcílio Souza da Silva por motivo de usufruto de folgas de plantão, sequenciado pelo usufruto de férias regulares (período: 23/10/2025 a 25/11/2025) (Proc. Adm. 8524954-61.2025.8.06.0000 - SEI); **1.1.4.** Hortênsio Augusto Pires Nogueira (titular da 1ª Vara da Fazenda Pública de Fortaleza) para atuar na 2ª Câmara de Direito Privado e na respectiva Seção, em substituição ao Desembargador Carlos Alberto Mendes Forte (período: 03 a 22/11/2025). Todos os Desembargadores ficaram de acordo. **1.2** - Por fim, deu ciência ao Colegiado, da decisão do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE), que deferiu a renovação da requisição da servidora EDVA PERDÍCAO CARVALHO DE SOUZA, Técnico Judiciário, pertencente ao quadro do TJCE, para continuar exercendo suas funções junto ao Cartório da 1ª Zona Eleitoral - Fortaleza/Ce, no período de 20/09/2025 a 19/09/2026, correspondente ao quinto ano de requisição, decisão essa que observou, segundo TRE-CE, os arts. 9º da Resolução TSE nº 23.523/2017, 5º da Resolução TRE-CE nº 775/2020 e 4º da Lei nº 6.999/1982, atendendo ao pedido encaminhado pelo Juízo da 1ª Zona Eleitoral (Proc. Adm. 8519198-01.2025.8.06.0000 - SEI). Todos os Desembargadores ficaram cientes. **2 - JULGAMENTOS: SISTEMA PJECOR: 2.1 - PREFERENCIA/SUSTENTAÇÃO ORAL: PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM FACE DE MAGISTRADO Nº 0000257-85.2025.2.00.0806,** em que é requerente C. G. DA J. DO E. DO C. e requerida A. C. P. C., sendo interessado o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ - Relator - O Desembargador FRANCISCO GLADYSON PONTES --- A Presidência anunciou os autos para julgamento, indagando ao advogado da processada, Dr. Pedro Henrique Soares Matias (OAB/CE 48087), se dispensava a leitura do relatório, sendo dispensada. Em seguida, o advogado e, posteriormente, o representante do Ministério Público, Dr. Humberto Ibiapina Lima Maia, fizeram suas sustentações orais, pelo prazo regimental. Com a palavra, o Desembargador Relator proferiu seu voto no sentido de reconhecer a prática de infração funcional violadora do dever de independência previsto no art. 35, inciso I, da LOMAN, pela magistrada processada, com a aplicação da sanção de censura, sendo seguido pelos Desembargadores FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE, INÁCIO DE ALENCAR CORTEZ NETO, WASHINGTON LUIZ BEZERRA DE ARAÚJO, LUIZ EVALDO GONÇALVES LEITE (Convocado para a sessão na classe de magistratura pelo critério de antiguidade em face da ausência justificada da Des. Maria Nailde Pinheiro Nogueira e considerando a ausência por motivo de férias da Des. Maria Iraneide Moura Silva que seria a sucessora imediata), FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO, MARLÚCIA DE ARAÚJO BEZERRA, CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA, ANDRÉA MENDES BEZERRA DELFINO, FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSАFAVA, MARIA REGINA OLIVEIRA CÂMARA, FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR, FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA, MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE, ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES, DURVAL AIRES FILHO e HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO - Presidente. O Excelentíssimo Senhor Desembargador FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO (Convocado para a sessão na classe de magistratura pelo critério de eleição em face da ausência por motivo de férias da Des. Joriza Magalhães Pinheiro) votou divergindo do eminente Relator, pela improcedência do presente Processo Administrativo Disciplinar em face da magistrada. O Excelentíssimo Senhor Desembargador EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE divergiu em parte do eminente Relator, votando pela procedência do Processo Administrativo Disciplinar, mas para aplicar à magistrada a sanção de advertência. A Corte, em seu Órgão Especial, por maioria, vencidos os Excelentíssimos Senhores Desembargadores FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO (Convocado) e EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE, julgou procedente o Processo Administrativo Disciplinar, com aplicação da sanção de censura em desfavor da magistrada processada, face ao reconhecimento da prática de infração funcional violadora do dever de independência previsto no art. 35, inciso I, da LOMAN, nos termos do voto do Relator. **SISTEMA PJE: 2.2 - MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL Nº 0638173-65.2024.8.06.0000,** em que é impetrante SUSYANE BEATRIZ PEREIRA DE BRITO e impetrados o SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ e OUTROS - Relator - O Desembargador FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA --- A Corte, em seu Órgão Especial, por unanimidade, denegou a segurança, nos termos do voto do Relator. **2.3 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CÍVEL Nº 0008866-72.2011.8.06.0000,** em que é embargante o ESTADO DO CEARÁ e embargado o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ - Relator - O Desembargador CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA --- A Presidência anunciou os autos para julgamento. Com a palavra, o Desembargador Relator votou no sentido de conhecer dos Embargos de Declaração, mas para rejeitá-los, sendo seguido pela Desembargadora ANDRÉA MENDES BEZERRA DELFINO. Na sequência, o Desembargador FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSАFAVA pediu vista dos autos. **Adiado o julgamento. SISTEMA SAJ-SG: 2.4 - MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL Nº 0079817-57.2012.8.06.0000,** em que é impetrante o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ e impetrado o SECRETÁRIO DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ - Relator - O Desembargador DURVAL AIRES FILHO --- A Corte, em seu Órgão Especial, por unanimidade, rejeitou o juízo de retratação, para manter a segurança, nos termos do voto do Relator. **Impedido** o Excelentíssimo Senhor Desembargador FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO (Convocado para a sessão na classe de magistratura pelo critério de eleição em face da ausência por motivo de férias da Des. Joriza Magalhães Pinheiro). **2.5 - AGRAVO INTERNO CÍVEL Nº 0252646-89.2022.8.06.0001/50001,** em que é agravante o BANCO DO BRASIL S/A e agravada MARIA LIDIUNA FREITAS DE CASTRO - Relator - O Desembargador VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ --- A Corte, em seu Órgão Especial, por unanimidade, conheceu do recurso, para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator. **Impedido** o Excelentíssimo Senhor Desembargador FRANCISCO GLADYSON PONTES. **SISTEMA PJE: 2.6 - EXTRAPAUTA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3011743-40.2025.8.06.0000,** em que são requerentes NIWTON DE LEMOS BARBOSA e OUTRO e requerido o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ - Relator - O Desembargador CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA - -- A Corte, em seu Órgão Especial, por unanimidade, conheceu e deferiu o pedido de permuta entre magistrados, nos termos do voto do Relator. **2.7 - EXTRAPAUTA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3011744-25.2025.8.06.0000,** em que são requerentes RAFAEL COSTA VASCONCELOS SANTOS e OUTRO e requerido o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ - Relatora - A Desembargadora MARIA REGINA OLIVEIRA CÂMARA --- A Corte, em seu Órgão Especial, por unanimidade, deferiu o pedido administrativo, nos termos do voto da Relatora. **2.8 - MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL Nº 3025788-46.2025.8.06.0001,** em que é impetrante FERNANDO JOSÉ EVANGELISTA DOS SANTOS e impetrados o ESTADO DO CEARÁ e OUTROS - Relator - O Desembargador ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES --- A Corte, em seu Órgão Especial, por unanimidade, denegou a segurança, nos termos do voto do Relator. **2.9 - MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL 3011391-82.2025.8.06.0000,** em que é impetrante SAMILLY DA COSTA ALVES e impetrados ANTÔNIO ROBERTO CESÁRIO DE SA e OUTROS - Relator - O Desembargador FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE --- A Corte, em seu Órgão Especial, por unanimidade, denegou a segurança, nos termos do voto do Relator. **2.10 - MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL Nº 3009992-18.2025.8.06.0000,** em que é impetrante JEANE CRISTINI DE OLIVEIRA BARBOSA e impetrados o PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ - ADAGRI e OUTROS, sendo litisconsorte passivo o ESTADO DO CEARÁ - Relator - O Desembargador FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE --- A Corte, em seu Órgão Especial, por unanimidade, denegou a segurança, nos termos do voto do Relator. **2.11 - RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 3010244-21.2025.8.06.0000,** em que é recorrente FERNANDO ANTÔNIO PACHECO CARVALHO FILHO e recorrido o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ - Relator - O Desembargador INÁCIO DE ALENCAR CORTEZ NETO --- A Corte, em seu Órgão Especial, por unanimidade, conheceu e negou provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. **Impedido** o Excelentíssimo Senhor Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO - Presidente. **2.12 - AGRAVO INTERNO CÍVEL Nº 0200032-77.2024.8.06.0053,** em que é agravante o BANCO DO BRASIL S. A. e agravado VALDESTINO SOARES DA SILVA - Relator - O Desembargador VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ --- A Corte, em seu Órgão Especial, por unanimidade, conheceu do recurso, para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator. **Impedido** o Excelentíssimo Senhor Desembargador FRANCISCO GLADYSON PONTES. **2.13 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0220932-14.2022.8.06.0001,** em que é embargante o ESTADO DO CEARÁ e embargada MARIA APARECIDA ARAÚJO DE BRITO - Relator - O Desembargador FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR --- A Corte, em seu Órgão Especial, por unanimidade, conheceu dos embargos, para negar-lhes provimento, nos termos do voto do Relator. **2.14 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 8516362-33.2023.8.06.0001,** em que é embargante SANDRA SAMPAIO ROCHA e embargado o DIRETOR DO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA - Relator - O Desembargador FRANCISCO LUCÍDIO DE QUEIROZ JÚNIOR --- A Corte, em seu Órgão Especial, por unanimidade, conheceu dos embargos, para negar-lhes provimento, nos termos do voto do Relator. **SISTEMA SAJ-SG: 2.15 - RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 8500161-92.2025.8.06.0001,** em que é recorrente RAYNES VIANA DE VASCONCELOS - Relator - O Desembargador INÁCIO DE ALENCAR CORTEZ NETO --- A Corte, em seu Órgão Especial, por unanimidade, conheceu do recurso para dar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator. **Impedido** o Excelentíssimo Senhor Desembargador ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES. **2.16 - AGRAVO**